

Os militares e as representacións acerca da ditadura militar (1964-85)

The military and the representations about the military dictatorship (1964-85)

Michel Goulart da Silva¹

IFC – BRASIL

RESUMO

Neste artigo são problematizadas as memórias e representacións acerca do golpe e da ditadura produzidas por civís e militares que participaron dos gobernos ditatoriais ou por seus defensores, publicadas en revistas e libros da editora Biblioteca do Exército (BIBLIEX). Serán analisados ao longo do artigo algúns libros lanzados por esa editora, como *Quinhentos anos de historia do Brasil e Revisonismo histórico brasileiro*, e artigos publicados na *Revista do Exército* e na revista *A defesa Nacional*, que tamén son publicacións da BIBLIEX. Pretende-se analizar os textos que, publicados aproximadamente entre 2002 e 2014, apresetem as interpretacións deses civís e militares acerca da ditadura e do golpe de 1964. Procura-se identificar nessas memórias e representacións producidas por civís e militares a tentativa de seus autores en defender e legitimar as accións dos militares.

Palavras-chave: Ditadura; Historiografía; Golpe; Memória; Representación

ABSTRACT

In this article are problematized the memories and representations about the coup and dictatorship produced by civilians and military personnel who participated in the dictatorial governments or later defenders of them, published in the magazines and books of the Library of the Army (BIBLIEX). Some books published by this publisher, such as *Five Hundred Years of Brazilian History and Brazilian Historical Revisionism*, and articles published in the *Revista do Exército* and in the magazine *A defesa Nacional*, which are also BIBLIEX publications, will be analyzed throughout the article. The aim is to analyze the texts published between approximately 2002 and 2014 to present the interpretations of these civilians and military personnel about the dictatorship and the coup of 1964. It is sought to identify in these memories and representations produced by civilians and military the attempt of their authors in Defend and legitimize the actions of the military.

Key words: Dictatorship; Historiography; Coup; Memory; Representation

1 Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pesquisador no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense (IFC). O presente artigo é resultado do projeto de pesquisa "Histórias que os militares contam", que contou com financiamento do IFC e do CNPq e teve como bolsistas as estudantes Thalia Jaqueline Schuh e Karina Lunelli.

Contato: michelgsilva@yahoo.com.br

De forma geral, os temas que dizem respeito à ditadura civil-militar que governou o Brasil entre 1964 e 1985 provocam intensas polêmicas e debates acalorados e geram poucos consensos². No ano de 2009, em função de editorial publicado pelo jornal *Folha de São Paulo*, afirmando que a ditadura no Brasil teria sido mais “branda” do que em países como Argentina e Chile, abriu-se intenso debate que permitiu vir à tona numerosas posições acerca do golpe e da ditadura³. Nas páginas da própria *Folha de São Paulo*, Marco Antônio Villa, professor da UFSCar, defendeu a hipótese de que a ditadura no Brasil estaria restrita ao período de 1968 a 1979, ou seja, começaria com a aprovação do AI-5 e teria como marco final a Lei de Anistia. Segundo sua análise, a movimentação política ainda existente entre 1964 e 1968 e as eleições de 1982 são sintomas do equívoco em afirmar que o período ditatorial estende-se de 1964 a 1985 (VILLA, 2009, p. 03). Por outro lado, Marcelo Ridenti, também em texto publicado no jornal *Folha de São Paulo*, embora reconhecendo que a ditadura teve numerosas fases, afirma que eventuais variações nos âmbitos político e econômico não fazem da ditadura menos ditadura. Segundo Ridenti (2009, p. 03), desde os primeiros dias de abril de 1964 foram efetuadas prisões, demitidos funcionários públicos, abertos inquéritos contra os “subversivos”, bem como outras ações de repressão que podem caracterizar o regime político como uma ditadura⁴.

128

2 Essa caracterização leva em conta que as “análises historiográficas e jornalísticas contemporâneas têm caracterizado o golpe de 64 como ‘cívico-militar’, assim destacando, ao que parece, tanto o apoio inicial de expressivos setores da classe média urbana quanto a participação efetiva de lideranças políticas civis que ajudaram na eclosão do movimento. É correta a lembrança. Quando mais não fosse, até mesmo para sempre recordarmos certo ranço autoritário que impregna nossa sociedade e, diga-se também, para não deixar apenas aos militares a ‘conta a ser paga’, já que muitas daquelas lideranças civis assumem, hoje, modos de democratas. Porém, desde as primeiras horas, o movimento foi indubitavelmente militar. Não há como tergiversar sobre isso. Sua deflagração deveu-se a tropas militares” (Fico, 2001: 20).

3 Embora tenha procurado assumir uma roupagem democrática depois de terminada a ditadura, são bastante conhecidas as posições favoráveis à ditadura e mesmo a colaboração com o regime repressivo do Grupo Folha da Manhã, que vem controlando há décadas a Folha de São Paulo e outros jornais, tendo seu principal centro na família Frias. O grupo é acusado, entre outras coisas, de ceder automáticos para a realização das atividades repressivas do DOI-CODI, além de serem inúmeras as atitudes de alinhamento da Folha da Tarde, um dos jornais do grupo, com os governos ditatoriais (Kushnir, 2004). Caio Navarro de Toledo, refletindo a respeito da polêmica em torno da “ditabranda”, menciona um conjunto de depoimentos que ilustram os vínculos do Grupo Folha da Manhã com a ditadura (Toledo, 2009: 209-217).

4 Em defesa de seu argumento, Marcelo Ridenti lembra que, embora os quatro volumes de Élio

Esse debate ocorrido nas páginas de um dos jornais diários de maior circulação do país foi apenas um entre os numerosos exemplos recentes das polêmicas historiográficas e das disputas de memórias relacionadas à ditadura travadas⁵. Exemplo dessas disputas foram as mobilizações promovidas nos últimos anos por uma parcela da população pedindo intervenção militar para derrubar a presidente Dilma Rousseff, eleita pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Civis e militares envolvidos com o regime ditatorial iniciado em 1964 narraram suas lembranças, escreveram memórias e construíram suas próprias versões historiográficas acerca do período. Em oposição a essas versões, diferentes setores que se engajaram na oposição ao golpe de 1964 e ao regime repressivo construíram memórias e contaram histórias acerca da ditadura, expressando uma grande pluralidade de opiniões, análises e balanços. Em função dessas disputas pela memória acerca da ditadura, contemporaneamente é possível encontrar uma grande variedade de interpretações a respeito do golpe e do período ditatorial, promovendo discussões em torno de temas como a atuação das organizações de esquerda, as políticas econômicas dos governos militares, o funcionamento do Estado repressor, entre outros⁶.

Entre os militares há numerosas e variadas interpretações com premissões históricas e uma ínfima parcela de produções historiográficas, pouco lidas ou mesmo desconhecidas nos meios acadêmicos. Essas obras geralmente carecem de um rigor científico mínimo exigido nas pesquisas em História. Contemporaneamente, poucos historiadores com formação acadêmica na área defendem que o golpe teria sido uma “revolução” ou que o governo ditatorial foi necessário para coibir o avanço do comunismo no Brasil, afinal não existe qualquer evidência de que havia uma situação revolucionária que poderia derrubar o capitalismo no Brasil⁷. Uma das primeiras tentativas de escrever his-

Gáspari a respeito da ditadura em seus títulos façam menção aos momentos específicos por que passou o regime repressivo – “Ditadura Envergonhada”, “Ditadura Escancarada”, “Ditadura Encurralada” e “Ditadura Derrotada” –, o regime repressivo foi, ao longo de seus vinte e um anos, uma ditadura.

5 Essa polêmica envolvendo a Folha de São Paulo e o apoio do jornal à ditadura são temas discutidos em Silva (2016).

6 Um balanço da historiografia produzida acerca do golpe e da ditadura civil-militar é feito em Fico (2004).

7 Alguns elementos dessa discussão historiográfica são debatidos em Silva (2011).

tórias acerca da ditadura a partir do ponto de vista dos militares foi o livro *Brasil: sempre*, publicado por Marco Pollo Giordani, em 1986, como crítica ao projeto *Brasil: nunca mais*, que foi promovido por diversas instituições, principalmente a Diocese de São Paulo, que realizou um primeiro mapeamento das ações de repressão às organizações de esquerda durante a ditadura. Giordani (1986) afirma que não seria necessário contestar o projeto, liderado pelo Arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns, afinal *Brasil: nunca mais* teria se limitado a apresentar somente um lado e, portanto, teria rompido com a lógica e a imparcialidade.

Posteriormente, os setores militares se dedicaram a produzir uma grande quantidade de materiais, não apenas polemizando com o projeto *Brasil: nunca mais*, mas até mesmo com a produção acadêmica acerca da ditadura. Para além do debate ocorrido nas páginas da *Folha de São Paulo*, parece que houve um crescimento desses discursos no período dos governos encabeçados pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Nesse período, que esteve animado pela vitória de Luís Inácio “Lula” da Silva na eleição presidencial de 2002, é possível perceber uma maior discussão acerca da punição dos agentes dos órgãos de repressão envolvidos em tortura e assassinatos, bem como da abertura dos arquivos da repressão. Nesse período, militares e até mesmo civis ligados passaram a produzir uma quantidade mais expressiva de textos acerca da ditadura, analisando as políticas “comunistas” de João Goulart, fazendo propaganda do crescimento econômico do regime ditatorial ou mesmo mostrando a “verdade” diante das “falsificações” difundidas pela esquerda.

Parte considerável desses textos foi publicada pela editora Biblioteca do Exército (BIBLIEX). Os exemplos são numerosos. Em 2000, a BIBLIEX publicou o livro intitulado *Quinhentos anos de História do Brasil*, a cargo de Guilherme de Andrea Frota (2000), historiador e membro da Marinha, que parece expressar o pensamento predominante hoje nas Forças Armadas (ou, pelo menos, o pensamento da oficialidade que controla editorialmente a BIBLIEX) a respeito dos acontecimentos dos últimos séculos na América Portuguesa e no Brasil. Nesse livro e em outras produções, percebe-se que as histórias contadas por militares carregam uma enorme preocupação com a *objetividade e neutralidade*, como fica evidente, por exemplo, no livro *O revisionismo histórico brasileiro*, também publicado pela BIBLIEX, por José Fernando de Maya Pedrosa. Nessa obra, o autor afirma:

nem sempre as pessoas adotam a análise cuidadosa e imparcial

da história como um biólogo estuda a célula ou um astrônomo o sistema solar. Parece atitude corriqueira o alinhamento dos homens aos seus desejos e inclinações pessoais ou coletivas, mais do que à razão fundamentada no estudo isento dos fatos (Pedrosa, 2008: 32-33).

O livro constitui-se em uma reflexão teórica a respeito das produções historiográficas realizadas nas últimas décadas e sua relação com o ensino de História, ao fazer, por exemplo, uma longa discussão acerca da Guerra do Paraguai e propor que se difunde uma perspectiva revisionista de interpretação⁸. Pedrosa (2008) defende a hipótese de que a história ensinada nas escolas estaria sendo contada por professores e materiais didáticos “revisionistas” influenciados pelo materialismo histórico, portanto, ela carregaria um conteúdo ideológico nocivo à sociedade⁹. Para o autor, haveria uma contaminação do marxismo em toda a historiografia brasileira, incluindo nesse conjunto genérico de “materialistas históricos” as influências de autores díspares, que vão de Marc Bloch a Fernand Braudel, passando pelos historiadores do movimento conhecido como História Nova, além de pensadores brasileiros como Euclides da Cunha e José Honório Rodrigues, e até mesmo Michel Foucault, além dos historiadores propriamente marxistas, brasileiros e estrangeiros, como Caio Prado Junior e Eric Hobsbawm. Contemporaneamente, essas interpretações consideradas “materialistas” por Pedrosa (que, em realidade, pela grande pluralidade teórica dos autores citados, poderia ser chamada no máximo de historiografia crítica) estariam contaminando os meios acadêmicos e, por conseguinte, os materiais didáticos, tendo formado novos historiadores e professores que nas salas de aula trabalham como ideólogos que se dedicaram a “doutrinar” seus alunos.

No âmbito da historiografia, criticando principalmente as produções

8 As formulações revisionistas mais conhecidas pela historiografia mundial são aquelas que se referem à Segunda Guerra e ao holocausto, conhecidas como “negacionistas”, por negarem “as câmaras de gás de Hitler e o extermínio de doentes mentais, judeus e ciganos e, ainda, o de membros de povos considerados radicalmente inferiores” (Vidal-Naquet, 1988: 9). No caso dos militares brasileiros, o termo aparece para qualificar o movimento de renovação da historiografia brasileira iniciado, com maior fôlego, a partir da década de 1970.

9 Um desdobramento possível desse raciocínio encontra paralelo no projeto de lei conhecido como “Escola Sem Partido”, em tramitação no congresso nacional, que propõe o controle do conteúdo ensinado nas escolas e a punição legal aos professores considerados “doutrinadores”. Essa proposta também é conhecida como “Lei da Mordaca”.

mais inovadoras a respeito da Guerra do Paraguai (ou seja, aquelas que não exaltavam o nacionalismo militarista brasileiro), Pedrosa (2008: 26) afirma que “o fenômeno revisionista contemporâneo merece um debate sobre seus fundamentos, em proveito da moderação e equilíbrio que devem reger os estudos históricos ou especificamente sociológicos”. Pedrosa (2008: 26), confundindo concepções teóricas das mais variadas, afirma que o “marxismo rema em direção oposta aos destinos liberais do Brasil e do mundo e se apegua a uma época em que a revolução para o socialismo de modelo soviético, cubano ou chinês ainda parecia provável”.

A BIBLIEX tinha inicialmente apenas o caráter de biblioteca, sendo transformada em editora em 1937. Essa editora ocupa-se atualmente, além da publicação de livros e revistas, com a organização de atividades culturais ligadas a premiações, exposições, cursos e conferências no Exército. A BIBLIEX publica, além dos livros mencionados e de outros livros, as revistas *A Defesa Nacional*, fundada em 1913, a *Revista do Exército Brasileiro*, fundada em 1882, e a mais recente *Revista Militar de Ciência e Tecnologia* (Baroni, 2008).

No discurso utilizado nos livros difundidos pela BIBLIEX há interpretações a respeito da História que pretendem contar verdades acabadas e definitivas, cujo objetivo passa por provar, entre outras coisas, a existência de omissões ou mesmo de mentiras em textos divulgados nas produções acadêmicas, que estariam influenciadas ou pelo menos seriam coniventes com uma pretensa “doutrinação” esquerdista e um ensino supostamente baseado no marxismo. Essa preocupação aparece também no livro *A grande mentira*, de Agnaldo Del Nero Augusto, publicado pela BIBLIEX, que descreve as ações das organizações comunistas na visão dos militares, analisando acontecimentos da história brasileira desde a década de 1930, propondo-se a “desmascarar” os discursos das esquerdas (Augusto, 2001).

Nessa verdade difundida pelas produções pretensamente históricas escritas pelos militares, além de ressaltar a “grande mentira” dos esquerdistas, afirmam que os golpistas de 1964 e os responsáveis pelo regime ditatorial teriam como objetivo apenas evitar que o país passasse por uma instabilidade política, que poderia levar a uma ditadura comunista, promovida por interesses estranhos à “nação”, ou seja, ligados à União Soviética e demais países do bloco socialista. Segundo essa versão difundida pelos militares, além de apresentar os militares como os grandes salvadores da nação ameaçada pela suposta subversão comunista, as ações dos militares no governo, como a repressão

aos opositoristas ou as medidas que levaram ao acelerado crescimento econômico no final da década de 1960, não teriam a intenção de aprofundar a dependência do Brasil em relação às potências capitalistas, nem pretendiam favorecer o capital externo, como dizem o os historiadores acadêmicos, mas transformar o país em uma grande potência mundial.

Pensamento conservador

O pensamento conservador que as publicações militares expressam está presente tanto na prática política brasileira contemporânea como nas ações que visam coibir o direito à livre manifestação de ideias de oposição, por meio da coerção ou, se for preciso, da repressão direta e aberta. Entende-se o pensamento conservador, partindo de definição da Ciência Política, como conjunto de “ideias e atitudes que visam à manutenção do sistema político existente e dos seus modos de funcionamento”, se apresentado “como contraparte das forças inovadoras” (Bonazzi, 2004: 242). Portanto, o pensamento conservador expresso nos textos com pretensões historiográficas produzidas recentemente pelos militares, embora supostamente estejam combatendo a dominação das esquerdas, em realidade são uma ferramenta para, no plano da disputa pela memória, garantir a conservação do sistema econômico capitalista e de suas instituições.

Esse pensamento conservador, que pode ser entendido como uma manifestação das ideias militares presentes nas Forças Armadas, certamente não é o mesmo que serviu de justificativa para ações de repressão ou para as políticas de governo ditatorial. Celso Castro observa que,

com o passar do tempo, os militares que sucederam nos postos de chefia das Forças Armadas à geração que atingiu seu apogeu durante o regime militar foram estabelecendo uma relação mais tranquila com políticos e partidos de esquerda. O jogo eleitoral e a rotina democrática foram diminuindo prevenções contra aqueles que, em anos passados, eram identificados como *inimigos* (Castro, 2008: 135-6).

Parte do ideário conservador parece que se associa à produção da Escola Superior de Guerra (ESG), expressando-se em muitas das publicações da BIBLIEX, entre outras formas. Os livros e revistas difundidos por essa editora propagam ideias, conceitos, interpretações e

avaliações políticas que são elaborados pelos militares. Embora ideias divergentes em alguns casos possam ser expostas nas revistas ou mesmo nos livros, nessas publicações são recorrentemente reforçadas as imagens dos heróis, exaltada a nação e a nacionalidade, descritas e defendidas as intervenções militares ao longo da história do Brasil e festejadas as datas consideradas importantes. Constrói-se um discurso, amparado na doutrina elaborada pela ESG, em que os militares brasileiros aparecem como fundamentais para a manutenção da ordem pública, para garantir da organicidade do meio social e para o desenvolvimento do Brasil. Segundo Borges (2007: 18), a ideia “do destino manifesto do militar foi motivada pela formação profissional desenvolvida na instituição de que ao soldado compete a missão providencial de salvar a pátria”, fazendo com que a “intervenção dos militares na esfera política” apareça “como legítima e necessária para a preservação dos interesses maiores da nação: a ordem institucional”.

Esse pensamento conversador em particular, elaborado como doutrina no interior da ESG e que nos estudos acerca da ditadura também ficou conhecida como Doutrina de Segurança Nacional (DSN), tem uma trajetória de algumas décadas no Brasil. A ESG foi fundada, ligada às Forças Armadas, com o objetivo de ser uma escola de altos estudos políticos e sociais para buscar uma maior compreensão a respeito da sociedade brasileira, formulando também projetos para a solução do que era considerado como entrave para o desenvolvimento brasileiro. A ESG também se destaca como uma escola preparatória do que chama de “elites”, tanto em suas parcelas civis como militares, com pretensão de “conduzir a nação de forma apropriada e correta, ou seja, capaz de captar os anseios e necessidades da sociedade e transformá-los em realidade” (Puglia, 2006: 10). Quanto à sua doutrina, a ESG

tinha como uma de suas principais premissas a organização da sociedade de modo que ela pudesse desenvolver-se e alcançar o patamar de potência mundial, mas como era pregado pela própria ESG, o desenvolvimento só poderia ocorrer se, em primeiro lugar, levasse em consideração a questão da Segurança Nacional (...) a ESG surge com o intuito de formular uma Doutrina de Segurança Nacional, não uma doutrina de desenvolvimento nacional; como exposto anteriormente, o desenvolvimento era integrante da questão da Segurança Nacional. Para que houvesse uma sociedade mais segura deveria cada vez mais buscar o seu desenvolvimento e destaque no

cenário internacional (Puglia, 2006: 14-5).

Nesse sentido, pode-se afirmar que as publicações da BIBLIEX não expressam apenas opiniões individuais de membros das Forças Armadas, mas também um conjunto de ideias elaboradas enquanto uma teoria explicativa para a sociedade, para o homem e até mesmo para o meio natural. Por outro lado, a DSN se constituiu também em uma doutrina para a ação política se setores civis e militares da sociedade, em grande medida dando o suporte teórico para uma parcela dos governos da ditadura e seus ideólogos.

Ditadura e legitimação

A publicação de obras pela BIBLIEX cumpre o papel de corroborar uma “pretensão de legitimidade” presente nas ações e na propaganda produzidas pelo regime ditatorial. Segundo Maria José Rezende,

a ditadura construiu uma ampla estratégia nas diversas esferas da vida social visando alcançar adesão para a sua forma de construção, organização e condução de uma determinada ordem social. Desta forma, é preciso que fique plenamente esclarecido que se partiu do pressuposto de que existe um percurso entre a pretensão de legitimidade e a própria legitimidade. A atuação de seus condutores se situou, durante aquelas duas décadas, naquele percurso que, sem qualquer dúvida, rendeu dividendos políticos à ditadura (Rezende, 2001: 2).

Da mesma forma que na ditadura foi necessário apostar em uma intensa propaganda, construindo a imagem de um país democrático que crescia economicamente e se desenvolvia socialmente, a partir da “abertura política” fez-se necessário localizar dentro da história do país qual teria sido a importância da ditadura para o Brasil. Para os civis e militares que procuraram produzir textos com pretensão histórica a partir da década de 1980, não seria preciso inventar nada novo, mas, partindo da propaganda difundida pelo governo e seus ideólogos durante o próprio regime ditatorial, seria possível mostrar de que forma a intervenção militar teria sido fundamental política e historicamente e que os militares, nessas versões apresentados como a parte melhor preparada das elites na condução dos interesses nacionais, teriam novamente colocado a República nos rumos pretendidos quando esta foi

proclamada em 1889¹⁰. Nessa interpretação, depois de garantir certa ordem política e social os militares tiveram a possibilidade de entregar sem riscos o poder novamente aos civis. Mas, apesar da autoconfiança demonstrada pelos militares de que teriam acertado em suas ações, guardam certo ressentimento em relação aos civis, afinal, como se poderia observar a partir das narrativas produzidas após o fim da ditadura, não teriam identificado na sociedade brasileira o reconhecimento aos seus esforços de normalizar as instituições do país e desenvolvê-lo economicamente¹¹.

Essa produção comprometida com os interesses dos militares e publicada pela BIBLIEX ou por outras editoras a eles vinculadas visam legitimar as ações dos militares e civis envolvidos com o regime ditatorial, sendo narradas ou por oficiais na reserva ou intelectuais de longa trajetória nas academias das Forças Armadas (Ruic; Viana, 2008). Os militares empreenderam projetos bastante audaciosos nesse sentido, produzindo discursos a respeito da história que se expressam tanto em livros como em artigos periodicamente publicados nas revistas das Forças Armadas.

Há trabalhos em que há evidências de que os militares não trabalham apenas com uma retórica de ataque ao comunismo ou se dedicam apenas a repetir insistentemente as “conquistas” de seus governos. Os militares também se dedicaram também a investigar os documentos e a bibliografia disponível a respeito do golpe de 1964 e da ditadura, utilizando-se de elementos da Teoria da História e, principalmente, produzindo trabalhos que se pretendem colaborações a serem lidas e estudadas nos debates historiográficos contemporâneos. Essas produções com pretensões históricas trazem inclusive a intenção de se verem incorporadas nos debates a respeito das inovações historiográficas das últimas décadas, propondo-se a intervir nas discussões a respeito do que vem sendo chamado de Nova História Militar (Parente,

136

10 Segundo Nilson Borges, quando é mencionado na doutrina da ESG um “novo profissionalismo dos militares, não significa simplesmente se referir a um novo tipo de militar, mas a uma nova dimensão da política interna do país na qual o militar assume, claramente, aberta e agressivamente, um papel que consiste em intervir e tomar posse da política (...). Considerando sua estrutura organizacional, em que prevalecem os princípios de hierarquia, disciplina e missão, os militares brasileiros se definem ainda como os mais aparelhados para responder pelos destinos do país, cuja proteção está sob a égide do Estado de segurança” (Borges, 2007: 34).

11 Esse ressentimento expresso pelos militares é discutido, entre outros, em D’Araújo (1994) e Castro (2008: 133).

2006). Contudo, mesmo que alguns tenham dedicado parte do seu tempo a estudar as contribuições acadêmicas, os textos carecem completamente de uma análise séria de fontes ou mesmo mostram uma distorção das contribuições da teoria da história.

Embora não passe pelo escopo deste trabalho analisar essas produções com pretensões históricas em comparação com as mais importantes inovações historiográficas das últimas décadas, não é possível deixar de mencionar que, apesar das intenções expressas principalmente por José Fernando de Maya Pedrosa, quando se dispõe a referir acerca do revisionismo, os textos produzidos pelos militares pouca diferença trazem em relação à história tradicional historicista por eles produzida nas décadas anteriores. Uma obra como *Quinhentos anos de História do Brasil*, que pretende narrar vários séculos por meio de uma narrativa meramente fatural, nada tem a ver, por exemplo, com a “história problema” que há pelo menos quatro décadas vem sendo trabalhada pelos historiadores da chamada Nova História.

Considerações finais

Nessas contribuições pretensamente historiográficas produzidas pelos militares e alguns civis, evidencia-se sua motivação em não ficarem apenas no nível das disputas pelas memórias da ditadura ou de outros períodos da história republicana do Brasil, mas também de contar essa história por meio da produção de textos que expressem suas interpretações, inclusive com pretensões de cientificidade. Esses textos são formas de expressões ideológicas de uma parcela da oficialidade das Forças Armadas que conseguiu certa preponderância editorial nas publicações da BIBLIEX e que procura fazer com que seu discurso pareça ser homogêneo nas Forças Armadas e construindo modelos teóricos e históricos com pretensões de verdade e de ciência.

Essa operação discursiva possivelmente visa dois objetivos fundamentais. Primeiro, coibir vozes dissonantes no seio das próprias Forças Armadas que tragam outras versões a respeito do passado e que, de forma geral, parecem influenciar novas gerações de oficiais que não viveram a ditadura ou preferem manter-se afastadas desse passado. Segundo, manter certas posições de poder, que, apesar de terminada a ditadura, as Forças Armadas ainda possuem, influenciando principalmente o Poder Executivo.

Esses textos produzidos por civis e militares apresentam representações acerca do passado que, transformando-se de diferentes formas,

permanecem e são utilizados contemporaneamente para legitimar um regime repressivo e desqualificar as resistências à ditadura. Ademais, podem se tornar úteis também para legitimar novas movimentações golpistas, como as ações jurídicas e parlamentares utilizadas para derrubar a presidente Dilma Rousseff.

Fecha de recepción: noviembre 2016
Fecha de aprobación: diciembre 2016

REFERÊNCIAS

AUGUSTO, Agnaldo Del Nero. (2001) *A grande mentira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.

BARONI, Adelaide Cristina Brandão. (2008) *A revista A Defesa Nacional e o golpe de 1964: um estudo sobre o discurso militar (1985-2004)*. II Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa, Niterói.

BONAZZI, Tiziano. (2004) *Conservadorismo*. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 5ª ed. Brasília: Editora da UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, v. 1.

BORGES, Nilson. (2007) *A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 4.

CASTRO, Celso. (2008) *Comemorando a “revolução” de 1964: a memória histórica dos militares brasileiros*. In: FICO, Carlos et al. (Org.). *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV.

D'ARAÚJO, Maria Celina. (1994) *Ouvindo os militares: imagens de um poder que se foi*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). *Entre-vistas: abordagens e usos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV.

FICO, Carlos. (2004) *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record.

_____ (2001) *Como eles agiam: os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record.

FROTA, Guilherme de Andréa. (2000) *Quinhentos anos de história do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.

GIORDANI, Marco Pollo. (1986) *Brasil: sempre*. Porto Alegre: Tchêl.

KUSHNIR, Beatriz. (2004) *Cães de Guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo; FAPESP.

PARENTE, Paulo André Leira. (2006) *Uma nova História Militar? Abordagens e campos de investigação*. A Defesa Nacional, Rio de Ja-

neiro, n.º. 806, 3.º quadrimestre.

PEDROSA, José Fernando de Maya. (2008) O revisionismo histórico brasileiro: uma proposta para discussão. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.

PUGLIA, Douglas Biagio. (2006) ADESG: elites locais civis e projeto político. 2006. 153f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista, Franca.

REZENDE, Maria José de. (2001) A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade (1964-1985). Londrina: UEL.

RIDENTI, Marcelo. (2009) Ditadura: nunca mais! Folha de São Paulo, São Paulo, ano 89, n.º. 29195, p. 03, 09 mar.

RUIC, Diogo; VIANA, Natália. (2008) O conservadorismo nas Forças Armadas. Caros Amigos, São Paulo, n.º. 26, ano IX, dez.

SILVA, Michel Goulart da. (2016) Os “Anos de Chumbo” e a Folha de São Paulo. In: Notas sobre política e cultura. São Paulo: Todas as Musas.

_____ (2011) Os militares brasileiros e a “grande mentira”. In: Fernando Ponte de Sousa e Michel Goulart da Silva. (Org.). Ditadura, repressão e conservadorismo. Florianópolis: Em Debate.

140

TOLEDO, Caio Navarro de. (2009) Crônica política sobre um documento contra a “ditabranda”. Revista de Sociologia e Política, v. 17, n.º 34, p. 209-217, out.

VIDAL-NAQUET, Pierre. (1988) Os assassinos da memória. Campinas: Papyrus.

VILLA, Marco Antônio. (2009) Ditadura à brasileira. Folha de São Paulo, São Paulo, ano 89, n.º. 29191, p. 03, 05 mar.